

ORIENTAÇÕES PASTORAIS

DAS IGREJAS CATÓLICAS FRENTE À MINERAÇÃO



| EDITORIAL



ORIENTAÇÕES PASTORAIS

DAS IGREJAS CATÓLICAS FRENTE À MINERAÇÃO



| EDITORIAL





EDITORIAL



Com as devidas licenças eclesiais. Reservados todos os direitos. Esta publicação não pode ser reproduzida, total ou parcialmente, por nenhum meio, sem a permissão prévia por escrito do CELAM.

© Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho, CELAM
Avenida Boyacá N.º 169D-75
Código postal 111166
PBX: 601 484 5804
celam@celam.org
www.celam.org
Bogotá, D. C., 2025

© Editorial CELAM
PBX: 601 484 5804, ext. 215, 216 y 217
editorial@celam.org
ventas@celam.org
libreria@celam.org

© Fundação Casa Comum - Rede Igrejas e mineração
<https://iglesiasymineria.org/>
Coordinador:
Pedro Sánchez
Presidente da Fundação Casa Comum - Rede Igrejas e mineração

Design de capa e diagramação:
Alexander Ruiz
Bogotá, D. C., 2025

Contents

	PAG.
Introdução	1
1. O grito das pessoas empobrecidas e da Mãe Terra	3
2. Extrativismo	5
3. A opção da Igreja para as comunidades e seus territórios	9
4. Fortalecimento das Igrejas locais para a Conversão Ecológica	11
5. A relação da Igreja com os Estados e as empresas	13
Conclusão	15

Introdução

Este documento é o resultado da reflexão, discernimento, oração e compromisso dos membros da Igreja Católica, na defesa da Casa Comum na América Latina, que mantêm um diálogo constante com outras Igrejas. Coordenado pela Rede de Igrejas e Mineração¹, com o apoio do CELAM e inspirado, especialmente, por um recente encontro² de alguns bispos latino-americanos que vivem em regiões ameaçadas ou afetadas pela mineração.

O texto busca oferecer às Igrejas da América Latina propostas e orientações pastorais diante dos impactos da mineração nos territórios, das violações dos direitos socioambientais que ela causa e das ameaças e violências às quais o povo de Deus e, nele, os líderes eclesiais, continua exposto. Ele expressa o papel ético e profético da Igreja, à luz da Palavra de Deus e do Magistério, em um contexto de particular urgência para o compromisso socioecológico da nossa fé.

Dez anos se passaram desde a publicação da encíclica *Laudato Si'*, que renovou o caminho da Igreja na prioridade da Ecologia Integral, e que lançou um apelo urgente ao mundo para cuidar da Casa Comum, abrindo novas perspectivas políticas, econômicas, culturais, educacionais e espirituais para nossas sociedades. As questões que esta encíclica levanta são ainda mais necessárias hoje, nestes tempos de colapso ambiental e climático.

Ao mesmo tempo, a Igreja comemora um Jubileu, ao celebrar 2025 anos da encarnação de Deus na nossa história, reafirmando assim o compromisso bíblico de renovar as relações da humanidade e de «reconciliar-se com o

¹ A rede ecumênica Igrejas e Mineração é uma coalizão de comunidades religiosas e organizações cristãs na América Latina que trabalha para defender os direitos das comunidades afetadas pela mineração. Promove a justiça socioambiental, denuncia as violações causadas pelo extrativismo e apoia alternativas sustentáveis que respeitem a vida e a natureza. <https://iglesiasymineria.org/>

² <https://www.vaticannews.va/es/iglesia/news/2024-10/obispos-latinoamericanos-las-consecuencias-de-la-mineria.html>

mundo».³ O objetivo do Jubileu era restabelecer a justa relação com Deus, com os homens e com a criação, implicando o perdão das dívidas, a restituição das terras perdidas e o descanso da terra.

O Ano Jubilar tem como lema “Peregrinos da esperança” e a Bula de convocação do Papa Francisco o intitulou “a esperança não decepciona”. Entre as questões mais importantes, destacamos a proposta aos governos de abolir a pena de morte, o cancelamento das dívidas externas e a criação de um fundo para acabar com a pobreza.

Neste mesmo ano de 2025, a Conferência das Partes sobre o Clima (COP30) será realizada pela primeira vez na Amazônia. A Igreja está participando de forma significativa neste processo, assim como atuou com compromisso na COP16 sobre a Biodiversidade em Cali, Colômbia, em 2024. Nestas ocasiões, a Igreja tem apoiado decididamente a causa dos povos e comunidades que, através do cuidado dos seus territórios, são os verdadeiros protagonistas na luta contra as graves alterações climáticas.

³ Laudate Deum, nº 69. Esta exortação repropõe o radicalismo da Laudato Si' no contexto dos fenômenos extremos das mudanças climáticas, chamando o mundo à ação e à responsabilidade.

1. O grito das pessoas empobrecidas e da Mãe Terra

Estamos em um momento extremamente perigoso e os riscos socioambientais atingem níveis alarmantes de colapso climático.

Sofremos com o clamor das comunidades e demais criaturas feridas pelo avanço do extrativismo predatório, especialmente a mineração que devasta, polui, sequestra a água e restringe o acesso aos bens comuns, se apropria dos territórios, sacrifica os modos de vida das comunidades e se impõe como a única alternativa possível ao desenvolvimento.

Hoje sofremos a tortura e o martírio de 58 conflitos armados ativos em nosso planeta. Não há guerra sem armas e não há armas sem metais (mísseis, drones, satélites espíões, bombas, tanques, bombardeiros domésticos, porta-aviões, etc.) Somos todos contra o horror das guerras fratricidas. Mas, quem extrai os minerais para a imoral indústria de armas? Como é que os nossos países cooperam na corrida armamentista? Quem (corporações transnacionais, estados, leis, técnicos, cientistas, etc.) promove esse florescente negócio da morte? Estas são algumas perguntas que devemos fazer antes que esta tecnologia da morte destrua a humanidade e a irmã mãe Terra.

Lamentamos o luto pelos numerosos líderes socioambientais⁴ que foram assassinados, criminalizados, caluniados ou forçados a fugir por causa das ameaças que enfrentam enquanto defendem suas comunidades. Como aponta o Documento de Aparecida, há uma exploração desenfreada “que está deixando um rastro de ruína e até mesmo de morte, em toda a nossa região”.⁵ A Campanha “A Vida Está por Um Fio”, uma iniciativa do Centro de Programas e Redes de Ação Pastoral do CELAM, tem como objetivo articular ações que promovam a solidariedade, a proteção e o reconhecimento do trabalho de defensores de direitos humanos, líderes sociais e atores cívicos na América Latina e no Caribe.

⁴ Em 2022, 177 defensores da terra e do meio ambiente foram mortos em todo o mundo, dos quais quase 90% ocorreram na América Latina. Global Witness, Defendendo o Amanhã: A Crise Climática e as Ameaças Contra os Defensores da Terra e do Meio Ambiente, relatório, 2023, disponível na <https://globalwitness.org/es/campaigns/land-and-environmental-environmental-defenders/voces-silenciadas/>

⁵ CELAM, Documento de Aparecida, n. 473.

O Papa Francisco ouviu este grito de dor e esperança quando escreveu uma carta às comunidades atingidas pela mineração, que se reuniram em Roma com o Dicastério para o Desenvolvimento Humano Integral:

“Vocês quiseram se reunir (...) para que pudesse ser ouvido o grito de tantas pessoas, famílias e comunidades que sofrem direta ou indiretamente pelas consequências muitas vezes demasiado negativas da mineração. Um grito pela terra perdida; um grito pela extração de riqueza do solo que, paradoxalmente, não produziu riqueza para as populações locais que permanecem pobres; um grito de dor em resposta à violência, ameaças e corrupção; um grito de indignação e de denúncia das violações dos direitos humanos, discreta ou descaradamente espezinhadas no que diz respeito à saúde das populações, pelas condições de trabalho, às vezes por causa da escravidão e do tráfico de pessoas que alimentam o trágico fenômeno da prostituição; um grito de tristeza e desamparo devido à poluição da água, do ar e do solo; um grito de incompreensão devido à falta de processos inclusivos e do apoio das autoridades civis, locais e nacionais, que têm o dever fundamental de promover o bem comum⁶.

Por isso, os povos latino-americanos gritam: “A água vale mais do que o ouro!”, e a Igreja apoia suas manifestações e demandas⁷.

4

Colocando no centro o clamor dos povos e da Mãe Terra, a Igreja reconhece que muitas das promessas e garantias de sustentabilidade e desenvolvimento com as quais os Estados e as empresas mineiras obtiveram a licença ambiental e social para projetos e operações extrativas, são na realidade insustentáveis e são apenas enganos e disfarces de⁸ interesses corporativos, que encobrem os impactos nas comunidades e territórios e as violações dos Direitos Humanos e da Natureza. Um dos grandes impactos da mineração nas comunidades é “a ruptura do tecido social”, famílias e comunidades divididas e a compra de consciências.

⁶ Mensagem do Papa Francisco ao encontro “Unidos com Deus ouvimos um grito”, organizado pelo Pontifício Conselho Justiça e Paz (PCJP) em colaboração com a rede latino-americana Igrejas e Mineração entre os dias 17 e 19 de julho de 2015.

⁷ A Igreja Católica no Panamá, por exemplo, recentemente se juntou a mobilizações populares em todo o país contra a mineração, sob o slogan “O Panamá vale mais sem mineração”.

⁸ Existem muitas publicações sobre isso, como, por exemplo, o livro de oito autores argentinos “15 mitos e realidades da mineração transnacional na Argentina”; <https://biblioteca.clacso.edu.ar/Argentina/iigg-uba/20161025033400/15mitos.pdf>

2. Extrativismo

Por “extrativismo” entendemos uma tendência desenfreada do sistema econômico de converter os bens da natureza em capital. A ação de “extrair” a maior quantidade de materiais no menor tempo possível, para convertê-los em matérias-primas e insumos que a indústria utilizará e transformará em produtos e serviços que outros comercializarão, a sociedade consumirá e então a própria natureza receberá em forma de resíduos poluentes, é o circuito consumista que está sendo gerado com velocidade e risco⁹ crescentes.

Esse tipo de relação com a Mãe Terra, muito diferente da visão que têm as comunidades camponesas, dos povos originários, dos povos afrodescendentes e de muitas culturas do nosso continente, é característico de “um modelo econômico baseado no lucro, que não hesita em explorar, descartar e até matar”¹⁰ os seres humanos. É uma economia que não conhece limites porque, por definição, só é válida na medida em que cresce; destrói e desapropria para instalar seu ciclo de morte: extrair, consumir e descartar materiais e pessoas.

Esse modelo tornou-se ainda mais intenso e fora de controle, pois agora depende de uma economia dominada pelas finanças que o impulsionam: o ritmo de extração e exportação de minerais e outras matérias-primas não é mais determinado apenas pelas necessidades produtivas e comerciais, mas é orientado pelos mercados de ações, os investimentos, as promessas de crescimento de grandes corporações e projeções sobre o uso futuro ou escassez de bens comuns. Esse modelo econômico contribui ainda mais para a desigualdade e o lucro dos grandes grupos financeiros, acima da vida das pessoas e dos territórios.

Por isso, adotamos uma perspectiva alternativa enquadrada nas ‘Transições para o pós-extrativismo’¹¹, segundo a qual buscamos traçar caminhos concretos para modelos de desenvolvimento menos

⁹ CELAM, Carta Pastoral DISCÍPULOS MISSIONÁRIOS CUSTÓDIOS DA CASA COMUM, n. 11.

¹⁰ Fratelli tutti, n. 22.

¹¹ <http://gudynas.com/wp-content/uploads/GudynasAlayzaPostextractivismoAlternativas12.pdf>

dependentes da extração intensiva de recursos naturais. Essa proposta estabelece um processo gradual que engloba três etapas principais: a mineração predatória, que representa o modelo atual baseado na exploração intensiva com graves impactos socioambientais; mineração necessária, destinada a satisfazer apenas demandas prioritárias, reduzindo sua escala e implementando critérios rígidos de sustentabilidade ambiental e social; e, por fim, a mineração essencial, que redefine profundamente o uso dos recursos minerais, limitando-o ao estritamente indispensável e com foco na justiça ecológica e social. Essas transições implicam mudanças estruturais nas políticas econômicas, na relação com os territórios e na participação das comunidades afetadas.

É evidente que existe um nível essencial de extrativismo necessário para a tecnologia, a produção e a vida cotidiana. No entanto, a mineração atual não responde a essa realidade, pois segue ritmos e taxas de extração insustentáveis, impulsionadas pela busca de lucro nos mercados financeiros e sem políticas de investimento na reciclagem de materiais ou em estilos de vida e consumo mais simples e menos agressivos.

Nesta linha estão também as propostas do documento do CELAM "Ecologia Integral na Rota Laudate Deum",¹² com contribuições para as Igrejas do continente. A Comissão para a Ecologia Integral da América Latina e do Caribe (CEILAC), vinculada ao CELAM, escolheu alguns núcleos temáticos para aprofundar o compromisso pastoral da Igreja neste campo: crise social e ambiental; água, terra e território; Cultura do cuidado, bem comum e alternativas para diferentes formas de bem viver; etc. As principais propostas de ação são a participação cidadã, as iniciativas pedagógicas, o diálogo e as alianças, a incidência e a proteção.

Enquanto um grande número de comunidades, movimentos populares e parte do mundo acadêmico buscam alternativas que valorizem a vida dos povos e toda a criação, o sistema econômico também se reinventa, oferecendo novas narrativas para justificar a continuidade do modelo extrativista. As propostas mais recentes para reconfigurar essa economia predatória são as transições minero-energética, que buscam manter o mesmo estilo de vida das sociedades mais ricas, seu consumo e concentração de capital, simplesmente mudando a matriz de fontes para a geração de energia. O problema é que as chamadas "energias limpas" na verdade requerem - para sua captura, armazenamento e distribuição - infraestrutura e maquinário gigantescos, tais como barragens hidrelétricas, ventiladores eólicos, painéis solares, baterias, que são fabricados com uma enorme quantidade e variedade dos chamados minerais 'críticos', devido ao valor de mercado que adquirem

¹²

CELAM e Fundación Jubileo, Ecologia Integral na rota do Laudate Deum. <https://adn.celam.org/iglesia-catolica-se-suma-a-los-compromisos-de-la-cop16-y-presenta-como-aportes-la-ruta-laudate-deum/>

na licitação corporativa para liderar sua mercantilização.

De acordo com projeções feitas por governos e corporações hegemônicas (da China, EUA, Canadá, UE), essa transição energética exigirá a extração de cerca de 50 minerais críticos, alguns deles, como lítio, cobre, cobalto, terras raras, níquel, em quantidades muito superiores às atuais. Seguindo essas projeções, a demanda por esses minerais pode aumentar quase quatro vezes até 2030¹³. Isso implica multiplicar dramaticamente os conflitos e a violência nas "zonas de sacrifício" destinadas a sustentar as economias dominantes.

Em suma, o extrativismo aumenta, é uma falsa solução e nega a sede de dignidade e respeito das pessoas e a garantia de vida para o planeta.

¹³

<https://unctad.org/es/news/auge-de-minerales-criticos-el-cambio-energetico-global-trae-oportunidades-y-riesgos-para-los>

3. A opção da Igreja para as comunidades e seus territórios

A encarnação de Deus e a vida de Jesus junto com os homens de seu tempo, assim como a tradição de fé e compromisso da Igreja latino-americana depois do Concílio Vaticano II, inspiram nossas dioceses e Igrejas locais a renovar sua opção pelos mais pobres, entre os quais hoje também está “nossa terra oprimida e devastada, que ‘geme e sofre dores’ (Rm 8:22)”.¹⁴

A encarnação leva a uma espiritualidade incorporada que reconhece a interconexão entre a vida das pessoas e a de todas as criaturas. Nossas Igrejas locais têm a felicidade de celebrar junto com o povo, ouvir seus desejos e esperanças, unir-se aos seus gritos e resistências e valorizar sua devoção popular, que liga profundamente símbolos e seres de nossa mãe Terra, como a água, o ar, a terra e o fogo.

Dessa forma, avançamos no diálogo com outras espiritualidades que têm sustentado resistência, como as espiritualidades indígenas e afrodescendentes, das quais podemos aprender a dismantelar o antropocentrismo desordenado e despótico que caracteriza nossa cultura e religião, a purificar nossa fé e a resgatar a reverência e a contemplação da presença de Deus em todas as criaturas. Junto com as comunidades, nossa fé é transformada e completada.

Estas comunidades convidam-nos a caminhar ao lado delas numa atitude de autêntica fraternidade, que a Igreja quer assumir colocando-se ao serviço das causas da justiça e da dignidade dos mais pobres. Esse compromisso se expressa em formas concretas de acompanhamento, na denúncia das injustiças, na incidência política e em uma profecia social transformadora. Além disso, pode ser enriquecido com o apoio do reconhecimento institucional da Igreja, que permite articular este serviço desde os territórios locais até as esferas políticas nacionais e internacionais.

Uma das demandas mais frequentes das comunidades é a garantia de seu “direito de dizer não”, ou seja, o direito à autodeterminação em seus

¹⁴

Francisco, *Laudato si'*, n. 2.

territórios, que muitas vezes são reconhecidos e defendidos como "livres da mineração".¹⁵ A Igreja tem participado de várias dessas mobilizações e se torna um ator influente e um aliado fundamental para as comunidades que sonham com outras oportunidades em seus territórios.

Isso permite promover os modos e projetos de vida das comunidades que, como no caso dos povos indígenas, "quando permanecem em seus territórios, são justamente eles que cuidam melhor deles" (LS 146). São inúmeros os projetos de economia local, circular e participativa também promovidos pela Igreja que demonstram que, com um investimento justo também do poder público, poderia realmente se estabelecer uma nova economia, "que dá vida e não mata, que inclui e não exclui, que humaniza e não desumaniza".¹⁶

A defesa dos modos de vida e dos direitos territoriais das comunidades, que a Igreja assume, está em linha com a visão da "Economia de Francisco",¹⁷ que por sua vez exige uma conversão do sistema consumista e de descarte, ao qual nossas sociedades estão submetidas. Junto com a proposta de transições para a mineração essencial, é necessário adotar a perspectiva da "sobriedade feliz", entendida como "um estilo de vida profético e contemplativo, capaz de desfrutar profundamente sem se tornar obcecado pelo consumo" (LS 222-227).

¹⁵ É o caso, por exemplo, da Igreja em El Salvador, que participou das mobilizações populares porumpaislivredamineraçãodemetais(<https://prensacomunitaria.org/2025/01/la-prohibicion-de-la-mineria-metalica-en-el-salvador-antecedentes-argumentos-y-desafios/>), ou da presença da Igreja ao lado das manifestações contra a mineração no Panamá (<https://www.vidanuevadigital.com/2023/10/21/la-iglesia-se-suma-a-las-manifestaciones-contrala-explotacion-minera-en-panama/>), ou o referendo para o Chocó Andino, no Equador, livre de mineração (<https://es.mongabay.com/2023/08/ecuador-decidio-detener-explotacion-petrolera-en-yasuni-y-mineria-en-reserva-del-choco-andino/>). A Conferência Episcopal da República Dominicana também se manifestou sobre os impactos da mineração (<https://amerindiaenlared.org/contenido/25782/comunicado-de-la-conferencia-episcopal-dominicana-frente-a-las-agresiones-de-barrick-gold/>)

¹⁶ Discurso do Papa Francisco aos jovens de Assis (Itália), 21.11.20.

¹⁷ <https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2021-10/os-10-principios-da-economia-de-francisco-e-clara.html>

4. Fortalecimento das Igrejas locais para a Conversão Ecológica

Por causa de sua autoridade moral e reconhecimento público, a Igreja é frequentemente chamada pelo Estado ou empresas¹⁸ para legitimar as condições socioeconômicas estabelecidas. Em alguns casos, também é solicitada a mediação em conflitos causados pelo extrativismo, com o objetivo de apaziguar as comunidades que defendem seus territórios e garantir a continuidade das atividades de mineração.

No entanto, muitos líderes da igreja, informados das verdades ocultas pelas corporações, entendem que o papel da Igreja é alertar o Povo de Deus sobre enganos e falsas promessas.

Quando a posição das organizações religiosas é coerente com a opção preferencial pelos pobres e pelas vítimas e defende, juntamente com eles, a reivindicação dos seus direitos e a justiça ambiental, as forças do crime organizado e mesmo aqueles que se vangloriam do poder, exercendo-o à margem do bem comum, tendem a passar da sedução às ameaças. a acusação, criminalização, calúnia ou ataques ao seu direito à vida.

Vários bispos, sacerdotes, religiosos, religiosas, catequistas, ministros da Palavra e agentes pastorais vivem sob estas ameaças e riscos. A Igreja precisa apoiar essas pessoas e comunidades, oferecendo-lhes orientação e proteção.

É missão da Igreja ouvir o grito dos pobres, excluídos e descartados e acompanhar as vítimas das injustiças sociais e eclesiais com processos de reconhecimento e reparação. É urgente reformar os itinerários formativos dos seminários, incluindo temas como ecologia integral, povos originários, inculturação e interculturalidade e pensamento social da Igreja. Reafirmar e priorizar uma ecologia integral em nossas comunidades, a partir dos quatro sonhos da Querida Amazônia. Acompanhar os povos indígenas e afrodescendentes na defesa da vida, da terra e das culturas. Encorajar os bispos a levar isso em consideração em seus Planos Pastorais com uma atitude profética.

¹⁸ Uma boa referência sobre a responsabilidade do Estado e das empresas pode ser encontrada em uma publicação do CELAM: Alcántara, F., Economía y doctrina social de la iglesia. https://www.celam.org/Imagenes/img_noticias/doc24f15d6ce2b03e_17012012_315pm.pdf

Um desafio urgente é fortalecer a formação dos líderes eclesiais – ministros ordenados e leigos – na perspectiva da Ecologia Integral e da Doutrina Social da Igreja (DSI), com contribuições significativas das ciências sociais. “Devemos continuar a treinar líderes corajosos e firmes, que não permitem que sua consciência seja roubada.”¹⁹

Os tempos atuais exigem interpretações mais profundas e renovadas de nossas narrativas, desde leituras bíblicas à luz da ecoteologia até a prática de ecoespiritualidades abertas ao encontro com a sabedoria e as sensibilidades de outros povos e culturas.

É muito importante fortalecer as organizações da Igreja em redes territoriais atentas aos desafios socioambientais e abertas ao diálogo ecumênico e inter-religioso, à colaboração com movimentos populares e academia, como fazem a Rede Igrejas e Mineração, REPAM, REMAM, REDCHAC, Rede Eclesial Platina e Comissão para a Ecologia Integral da América Latina e do Caribe (CEILAC).

Nossas Igrejas locais podem investir mais em uma comunicação que leve às pessoas a mensagem de justiça, paz e cuidado pela Casa Comum inspirada no Evangelho. Uma comunicação que apoie as comunidades que resistem e buscam construir a Economia de Francisco, que favoreça o intercâmbio de boas práticas e torne visível o rosto de uma Igreja pobre e para os pobres (EG 198).

¹⁹

Dom Giovanni Paz, bispo de Latacunga, Equador, em sua participação por ocasião do encontro dos bispos latino-americanos afetados pela mineração. <https://iglesiasymineria.org/2024/10/16/editorial-encuentro-de-obispos-latinoamericanos-que-enfrentan-la-mineria-comprometidos-con-la-liberacion-de-los-pueblos-en-un-solo-canto-con-toda-la-creacion/>

5. A relação da Igreja com os Estados e as empresas

Refletimos anteriormente sobre os riscos para a Igreja de assumir o papel de “mediadora” nos conflitos provocados pela aliança entre corporações e Estados, a serviço do modelo extrativista que beneficia alguns poucos proprietários de capital, ataca a Casa Comum e impõe enclaves econômicos que colocam em risco a vida dos povos e aprofundam a pobreza estrutural.

Com a sua vocação e missão, a Igreja encontra-se chamada a colocar-se ao lado das vítimas humanas e não humanas, permanecendo aberta ao diálogo institucional ao lado delas na busca da justiça, da inclusão e do protagonismo dos empobrecidos. “Atrevo-me a dizer-lhes que o futuro da humanidade está, em grande parte, em suas mãos, em sua capacidade de organizar e promover alternativas criativas”, disse o Santo Padre aos movimentos populares reunidos na Bolívia²⁰.

É responsabilidade do Estado promulgar leis que garantam efetivamente os direitos humanos e os direitos da natureza, no âmbito de sistemas produtivos que ofereçam trabalho e dignidade para todos. É também obrigação das empresas respeitar as leis ambientais e também os quadros jurídicos internacionais, que a sociedade civil tenta elevar a níveis vinculativos e supervisionados por instituições independentes²¹.

O diálogo da Igreja com o Estado e as empresas parte dessas premissas e permanece aberto, reconhecendo o potencial de uma “política melhor” (FT 155-197) e um compromisso sincero dos cristãos no mundo dos negócios, mas sempre assumindo o ponto de vista e a voz daqueles que são sacrificados por esse sistema econômico. que continua a matar (EG 53).

Neste sentido, é essencial “prestar especial atenção à origem das doações ou de outros tipos de benefícios, bem como aos investimentos

²⁰ Discurso do Papa Francisco aos movimentos populares. Santa Cruz de la Sierra (Bolívia), 09.07.15, n. 1.

²¹ Veja a iniciativa de um Tratado Vinculante sobre Empresas e Direitos Humanos na ONU, por exemplo. <https://bindingtreaty.org/gin-global-interparliamentary-network-es/>

realizados pelas instituições eclesiais ou pelos cristãos", como recorda a exortação sinodal *Querida Amazônia* (n. 25). As Igrejas locais não podem se permitir ser "compradas" em troca de seus próprios benefícios, devem evitar a captura corporativa que anula sua voz autônoma e independente, assim como devem verificar se o dinheiro que depositam em bancos ou investem em ações ou fundos de pensão não está financiando a agressão violenta da mineração contra comunidades ou territórios.

A este respeito, a Pontifícia Academia de Ciências Sociais publicou recentemente o documento "Mensuram Bonam: medidas baseadas na fé para investidores católicos: um ponto de partida e um apelo à ação"²²; na mesma linha, a Rede de Igrejas e Mineração lançou há alguns anos uma Campanha de Desinvestimento na Mineração²³, já adotada por congregações religiosas e algumas Igrejas locais²⁴.

²² <https://social.conferenciaepiscopal.es/documentos/accioncaritativa/mesuram-bonam-principios-y-criterios-para-el-mundo-de-las-finanzas/>

²³ www.divestinmining.org

²⁴ A decisão da Conferência Episcopal Austríaca de desinvestir na mineração de ouro, por exemplo, é notável. <https://iglesiasymineria.org/2024/07/29/inversiones-eticas-que-no-generen-mas-violencia-y-despojo-en-el-sur-global-conferencia-episcopal-de-austria-emite-una-directriz-sobre-sus-finanzas/>

Conclusão

Os Bispos exortamos as comunidades católicas do Continente a ver e tocar a realidade, contemplando nela o Evangelho da Criação e percebendo a ação do Espírito Santo na história humana, a analisar, interpretar, discernir o que é ou não apropriado para as atividades extrativistas nos territórios e assim propor, planejar, agir para transformar nosso próprio estilo de vida. Influenciar as políticas minero-energéticas dos Estados e governos, e as políticas e estratégias das empresas dedicadas ao extrativismo, com vistas a alcançar o bem comum e o autêntico desenvolvimento humano, sustentável e integral²⁵.

Estas palavras do documento do CELAM "Discípulos Missionários Guardiões da Casa Comum" refletem o compromisso de uma Igreja sensível às alegrias, gritos e esperanças do Povo de Deus. Eles também destacam a importância de ter diretrizes pastorais constantemente atualizadas diante do desafio complexo e urgente de estabelecer limites ao extrativismo predatório e de "reviver a economia", como sonha o Papa Francisco²⁶.

Confiamos que estas orientações pastorais fortaleçam a missão de tantos cristãos: leigos, religiosos, religiosas, diáconos, sacerdotes e bispos atentos ao grito dos pobres e da terra. Estamos à disposição para oferecer subsídios, relatórios, pesquisas, bem como propostas de intercâmbios e encontros que apoiem a missão da Igreja no cuidado da Casa Comum, guiada pela visão da Ecologia Integral.

Que o grito silenciado dos rios, florestas, montanhas e mares inspire nossa conversão ecológica. Que o sangue derramado por homens e mulheres em tantos territórios latino-americanos, como em La Oroya, Mariana, Brumadinho, El Aguán e na Amazônia, fortaleça nossa fé. Que suas memórias nos iluminem e nos mantenham unidos na busca da justiça e na defesa da Casa Comum, neste continente de esperança.

²⁵ CELAM, Carta Pastoral DISCÍPULOS MISSIONÁRIOS GUARDIÕES DA CASA COMUM - O discernimento à luz da Laudato Si'. Bogotá, 2018, n. 12.

²⁶ Mensagem do Santo Padre Francisco para o evento "Economia de Francisco" (Assis, Itália, 26-28 de março de 2020).

Este documento foi inspirado no encontro "A Igreja e as comunidades afetadas pela mineração: Encontro Fraternal dos Bispos da América Latina", realizado na Cidade do Panamá, em outubro de 2024, com a participação dos seguintes bispos:

1. *José Domingo Ulloa Mendieta, Arcebispo Metropolitano do Panamá, Vice-presidente do CELAM e presidente da Conferência Episcopal do Panamá.*
2. *Manuel Ochogavía Barahona, Bispo de Colón, Panamá.*
3. *Pedro Joaquín Hernández Catarero, Bispo do Vicariato Apostólico de Darién, Panamá.*
4. *Cardeal Álvaro Leonel Ramazzini Imeri, Bispo de Huehuetenango, Guatemala.*
5. *Antonio Calderón Cruz, Bispo da Diocese de San Francisco de Asís de Jutiapa, Guatemala.*
6. *Bernabé de Jesús Sagastume Lemus, Bispo de San Marcos, Guatemala.*
7. *Jenry Orlando Ruiz Mora, Bispo da Diocese de Trujillo, Honduras.*
8. *Luis Antonio Scozzina, Bispo de Nova Oran, Argentina.*
9. *Roberto Pío Álvarez, Bispo da Diocese de Rawson, na província de Chubut, Argentina.*
10. *Vicente de Paula Ferreira, Bispo da Diocese de Livramento de Nossa Senhora, Bahia, Brasil e Presidente da Comissão de Ecologia Integral e Mineração da CNBB.*
11. *Luiz Fernando Lisboa, Arcebispo de Cachoeiro de Itapemirim, Brasil.*
12. *Noel Antonio Londoño Buitrago, Bispo da Diocese de Jericó, Colômbia.*
13. *Adalberto Jiménez, Bispo do Vicariato Apostólico de Aguarico, Equador.*
14. *Geovanni Mauricio Paz Hurtado, Bispo da Diocese de Latacunga, Equador.*
15. *Alfredo Vizcarra Mori, Arcebispo de Trujillo, Perú.*
16. *Cristóbal Bernardo Mejía Corral, Bispo da Diocese de Chulucanas, Piura, Perú.*



EDITORIAL



EDITORIAL